

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

Cód. BB08 – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO JÚNIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1. Das assertivas abaixo, assinale a correta:

- (A) A competência dos Estados para legislar sobre direito tributário estende-se aos Municípios, quando lhes atenda às peculiaridades.
- (B) Sobrevindo vedação lei federal sobre normas gerais de direito tributário, a lei estadual tributária tem sua eficácia suspensa, no que aquela lhe for contrária.
- (C) Existindo norma geral da União sobre matéria tributária, os Estados ficam impedidos de legislar supletivamente a respeito.
- (D) Os Estados exercerão a competência legislativa plena sobre normas gerais de direito tributário, para atender a suas peculiaridades, ainda que exista lei federal sobre a matéria.
- (E) A competência da União para legislar sobre direito tributário não está sujeita a qualquer limitação.

2. É fundamental para se determinar a natureza jurídica de um tributo:

- (A) a denominação e demais características formais, adotadas pela lei.
- (B) os prazos de recolhimento estabelecidos para o cumprimento da obrigação.
- (C) a situação legal do produto de arrecadação.
- (D) o fato gerador da respectiva obrigação.
- (E) o tipo de lançamento utilizado para a constituição do crédito tributário.

3. O imposto tem como fato gerador:

- (A) uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (B) uma situação dependente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (C) a intervenção facultada ao Poder Executivo no domínio Econômico.
- (D) a valorização decorrente de obras públicas.
- (E) o exercício do poder de polícia.

4. É certo afirmar que a competência tributária:

- (A) corresponde à capacidade da pessoa política de figurar na posição de sujeito ativo da obrigação tributária.
- (B) é transferível mediante lei delegada.
- (C) não constitui delegação de competência a atribuição a pessoas de direito privado da função de arrecadar tributos.
- (D) pode ser exercida no sentido de nomear, como sujeito ativo, pessoa jurídica de direito público, diversa daquela titular da competência, atribuindo-lhe a disponibilidade dos recursos auferidos.
- (E) o seu não exercício, em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público, a defere à pessoa jurídica de direito público, que tenha interesse imediato, fundado na repartição constitucional do respectivo tributo.

5. Assinale a alternativa incorreta em resposta a este texto legal: " O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos."
- (A) quando a lei assim o determine.
 - (B) quando não se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária, como sendo de declaração obrigatória.
 - (C) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - (D) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
 - (E) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
6. Assinale a alternativa incorreta em resposta a este texto legal: " Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pela omissões de que forem responsáveis":
- (A) os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
 - (B) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
 - (C) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
 - (D) os pais, pelos tributos devidos pelos seus filhos maiores.
 - (E) o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
7. O município AXL submeteu, à incidência do IPTU, imóvel predial de propriedade da União, no entanto, sabemos que está impedido de fazê-lo por força do princípio constitucional da:
- (A) imunidade tributária objetiva.
 - (B) isenção tributária.
 - (C) imunidade tributária recíproca.
 - (D) não diferenciação tributária
 - (E) isonomia tributária.
8. É vedado cobrar impostos sobre papel, destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros:
- (A) por determinação de resolução do Senado.
 - (B) pelo princípio da irretroatividade.
 - (C) pelo princípio da isonomia.
 - (D) por determinação constitucional.
 - (E) pelo princípio da lacuna
9. Sabemos que a propriedade territorial rural é tributada pelo ITR, um imposto de competência da União. Do produto de sua arrecadação:
- (A) pertencem, aos Municípios, 25 % (vinte e cinco por cento), relativamente aos imóveis nele situados.
 - (B) pertencem, aos Municípios, a totalidade do valor arrecadado, relativamente aos imóveis nele situados.
 - (C) pertencem, aos Estados, 20 % (vinte por cento),relativamente aos imóveis nele situados.
 - (D) pertencem, aos Estados, a totalidade do valor arrecadado, relativamente aos imóveis nele situados.
 - (E) pertencem, aos Municípios, 50 % (cinquenta por cento), relativamente aos imóveis nele situados.
10. O poder de tributar tem limitações e estas são reguladas por:
- (A) lei complementar.
 - (B) lei ordinária.
 - (C) resolução do Senado Federal
 - (D) decreto legislativo.
 - (E) decreto regulamentar.

11. O crédito tributário:

- (A) não decorre da obrigação principal.
- (B) não tem a mesma natureza da obrigação principal.
- (C) decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- (D) decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- (E) decorre da obrigação lateral.

12. Uma pessoa se individualiza

- (A) através de seus pais.
- (B) através do registro público.
- (C) através do nome.
- (D) através do apelido familiar.
- (E) através de junção dos nomes da família.

13. O lugar onde a pessoa estabelece a sua residência, com vontade definitiva, é:

- (A) domicílio civil.
- (B) endereço pessoal.
- (C) endereço comercial.
- (D) domicilio comercial
- (E) endereço prestador.

14. O constrangimento físico ou moral a alguém, para obrigá-lo à pratica do ato, chama-se:

- (A) fraude contra credores.
- (B) dolo.
- (C) simulação.
- (D) condição.
- (E) coação.

15. A pessoa, absolutamente incapaz, tem seus atos da vida civil exercitados por

- (A) assistência.
- (B) procuração.
- (C) representação.
- (D) mandato.
- (E) ato próprio.

16. O tempo em que o empreiteiro de materiais e execução ficará responsável pela segurança da obra é de

- (A) 3 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 1 ano e 6 meses.
- (D) 6 anos.
- (E) 2 anos.

17. As pessoas podem ser divididas em:

- (A) naturais e físicas.
- (B) físicas e jurídicas.
- (C) civis ou públicas.
- (D) naturais e jurídicas.
- (E) públicas ou jurídicas.

18. Não consta do texto constitucional que:

- (A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
- (B) ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (C) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral, ou à imagem.
- (D) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- (E) é livre a manifestação de pensamento, sendo permitido o anonimato.

19. Foi estabelecido, pelo texto constitucional, que a licença gestante tem prazo de:

- (A) 90 dias.
- (B) 120 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 180 dias.
- (E) não há prazo, pois a Constituição Federal nada prevê.

20. A Constituição Federal, em seu art. 5º, XI, garante a inviolabilidade do domicílio. Isto faz com que:

- (A) ante à negativa do morador, o oficial de justiça não possa, em hipótese alguma, entrar na residência.
- (B) mesmo havendo recusa expressa do morador, estando o oficial de justiça acompanhado de autoridade policial, seja de noite ou de dia, entrar na casa.
- (C) possa o oficial de justiça, mesmo sem consentimento do morador, entrar, durante o dia, na casa, se tiver ordem judicial.
- (D) estando o oficial de justiça autorizado pelo morador, sem ordem judicial não pode entrar na casa.
- (E) estando o funcionário municipal autorizado expressamente pelo Prefeito Municipal, entrar na casa, mesmo sem autorização do morador.

21. Ocorrerá a demissão de funcionário estável mediante:

- (A) sentença judicial ou processo administrativo.
- (B) ação penal.
- (C) sindicância administrativa.
- (D) inquérito policial
- (E) sindicância administrativa onde está lotado.

22. A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse particular, é a todos assegurada, independente do pagamento de taxa:

- (A) a afirmativa é falsa, porque as repartições públicas podem cobrar pelas certidões fornecidas.
- (B) a afirmativa é verdadeira, mas a dispensa do pagamento deve ter a concordância do chefe da repartição, considerando a situação econômica do requerente.
- (C) a afirmativa é falsa, pois todas as repartições podem cobrar para cobrir custo, menos o cartório de Registro Civil.
- (D) a afirmativa é verdadeira, mas depende de autorização do Prefeito, quanto a sua gratuidade.
- (E) a afirmativa é verdadeira, pois consta do texto constitucional federal.

23. O objeto do ato administrativo há que ser:

- (A) certo e indeterminado.
- (B) incerto e indeterminado.
- (C) certo e determinado.
- (D) com fins indeterminado
- (E) indeterminado e final.

24. Quanto às relações que ligam uns aos outros, classificam-se os atos administrativos em:

- (A) preparatórios, principais, complementares e de execução
- (B) preparatórios, acessórios, complementares.
- (C) acessórios, complementares e de execução.
- (D) laterais, complementares e acessórios
- (E) coletivos, acessórios e significativos.

- 25.** As sociedades comerciais são chamadas pessoa jurídica:
- (A) por sua natureza,
 - (B) por costume.
 - (C) por acerto social
 - (D) por determinação típica.
 - (E) por ficção jurídica
- 26.** O dever de exigir dos acionistas, a integralização de suas ações, quando o ativo não bastar para a solução do passivo, é:
- (A) do acionista majoritário.
 - (B) do liquidante.
 - (C) do síndico.
 - (D) dos credores.
 - (E) dos credores de títulos somente.
- 27.** Com a decretação da falência de uma empresa, os seus contratos bilaterais:
- (A) não são afetados pela falência, devendo ser cumpridos pelo síndico, em qualquer hipótese.
 - (B) têm sua execução interrompida pela decretação da falência, devendo ser retomada, após a sentença, que encerre o processo falimentar.
 - (C) não são rescindidos automaticamente na data da decretação da falência, mas o produto de sua execução será obrigatoriamente contabilizado à parte, separadamente da massa falida.
 - (D) não são rescindidos pela falência e podem ser executados pelo síndico, se achar de conveniência.
 - (E) são declarados rescindidos antecipadamente, na data da decretação da falência.
- 28.** Como nome comercial, a sociedade por cotas de responsabilidade limitada pode adotar:
- (A) somente título de estabelecimento.
 - (B) somente denominação social.
 - (C) denominação ou firma social, indiferentemente.
 - (D) somente firma social, com a determinação do sócio majoritário.
 - (E) somente firma social, com a relação de nomes de sócios cotistas.
- 29.** O fato contábil permutativo é aquele que:
- (A) modifica o patrimônio apenas em seus componentes, sem alterar a situação líquida.
 - (B) modifica o patrimônio, alterando a situação líquida para maior.
 - (C) modifica o patrimônio líquido da empresa, sem alterar a situação patrimonial.
 - (D) modifica o patrimônio, alterando a situação líquida para menor.
 - (E) as alternativas b e d estão corretas.
- 30.** Existem dois tipos de capital: Capital de terceiros e capital próprio, que se classificam, respectivamente, como:
- (A) patrimônio líquido e exigível a curto prazo.
 - (B) ativo circulante e exigível a longo prazo.
 - (C) patrimônio líquido e realizável a longo prazo.
 - (D) exigível a longo prazo e patrimônio líquido.
 - (E) patrimônio líquido e exigível a longo prazo.
- 31.** A empresa realizou depósito em dinheiro no Banco. Este fato caracteriza-se como:
- (A) fato modificativo.
 - (B) fato misto.
 - (C) fato modificativo aumentativo.
 - (D) fato modificativo diminutivo.
 - (E) fato permutativo.

32. Constituem contas do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial:

- (A) duplicata a pagar, duplicata a receber e bancos.
- (B) duplicata a receber, fornecedores e caixa.
- (C) duplicata a pagar, caixa e fornecedores.
- (D) duplicata a receber, caixa e bancos.
- (E) caixa, bancos e instalações.

33. Uma empresa contraiu uma dívida de R\$ 50.000,00, com vencimento para 5 (cinco) anos. Se tivesse um desconto de 6 % (seis por cento) a. a e quisesse pagar hoje, o montante da dívida seria:

- (A) R\$ 49.307,96.
- (B) R\$ 35.960,96.
- (C) R\$ 37.362,96.
- (D) R\$ 30.362,96.
- (E) R\$ 20.362,96.

34. Certa pessoa aplicou seu Capital a juros. Ao final de 5 meses, sacou seu Capital e juros no montante de R\$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais). Calcular o Capital inicial aplicado, sabendo-se que a taxa foi de 3% (três por cento) ao ano.

- (A) R\$ 6.000,00.
- (B) R\$ 6.050,00.
- (C) R\$ 5.500,00.
- (D) R\$ 5.000,00.
- (E) R\$ 5.800,00.

35. Indique quantas prestações anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão necessárias, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, para pagar uma dívida de R\$ 97.122,50 (noventa e sete mil cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

- (A) 13 prestações.
- (B) 15 prestações.
- (C) 17 prestações.
- (D) 25 prestações.
- (E) 10 prestações.

36. O gráfico estatístico, destinado a representar uma distribuição de frequência por classe, denomina-se:

- (A) cronograma.
- (B) polígono de frequência.
- (C) histograma.
- (D) gráfico de colunas.
- (E) gráfico em barras.

37. Dada a distribuição de frequência abaixo, indique o valor da Moda e Mediana, respectivamente

	Fi
4 — 6	12
6 — 8	36
8 — 10	18
10 — 12	4

- (A) 7,04 7,28
- (B) 6,54 5,78
- (C) 7,24 6,38
- (D) 5,84 7,58
- (E) 6,24 6,78

38. Vírus de computador é um programa escrito por programadores mal intencionados. É como um vírus biológico, vive para se reproduzir. Para proteger seu micro, é necessário saber como eles agem, possibilitando sua detecção e eliminação com um programa anti-vírus. Sobre vírus de computador, é incorreto afirmar que:

- (A) infectam arquivos executáveis, como processadores de texto, planilhas, jogos ou programas do sistema operacional.
- (B) se anexam a programas especiais em áreas do disco rígido chamadas de registros de inicialização e registros mestres de inicialização.
- (C) alguns são programados para apagar arquivos, deteriorar programas e reformatar o disco rígido.
- (D) alguns não têm a finalidade de fazer estragos no computador, apenas duplicam-se ou exibem mensagens.
- (E) infectam ou danificam o teclado, o monitor, o disco rígido e todos os demais periféricos.

39. Preencha os parênteses abaixo de acordo com a respectiva discriminação.

- 1) Hardware.
- 2) Periférico.
- 3) Software.
- () Modem.
- () Placa-mãe.
- () CPU.
- () Power Point.
- () Winchester.
- () Scanner.
- () Internet Explorer.

O preenchimento correto, na seqüência, é

- (A) 1 – 2 – 3 – 1 – 2 – 1 – 3.
- (B) 2 – 1 – 1 – 3 – 1 – 2 – 3.
- (C) 2 – 2 – 3 – 2 – 1 – 1 – 2.
- (D) 3 – 1 – 3 – 2 – 2 – 1 – 3.
- (E) 3 – 2 – 3 – 2 – 3 – 3 – 2.
- (F) 1 – 2 – 3 – 1 – 3 – 2 – 1.

40. As figuras abaixo representam barras de ferramentas que pertencem, respectivamente, às janelas dos aplicativos



- (A) WORD EXCEL ACCESS.
- (B) ACCESS WORD EXCEL.
- (C) WORD ACCESS EXCEL.
- (D) EXCEL ACCESS WORD.
- (E) EXCEL WORD ACCESS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Uma vez consumado o fato imponible do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, nos termos da Lei Municipal 11.106/01, a opção que não gera pagamento do tributo para a Fazenda Municipal é a
- (A) compra e venda.
 - (B) permuta.
 - (C) doação.
 - (D) arrematação, adjudicação. e remissão.
 - (E) servidão.
42. Um imóvel foi vendido por R\$ 10.000,00 (dez mil reais), declarados no instrumento, no entanto, o valor venal (V.V.) é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), daí, para recolhimento do ITBI:
- (A) prevalece o valor do V.V.
 - (B) ocorre nulidade.
 - (C) ocorre a remissão.
 - (D) ocorre a isenção
 - (E) ocorre a anistia.
43. O ITBI, em se tratando de imóvel rural, será(ão) cobrado(s), tendo como base:
- (A) 50%, do valor declarado no ITR.
 - (B) o valor venal das edificações existentes.
 - (C) o valor da terra nua, somado aos das edificações, e dos bens semoventes.
 - (D) o valor declarado no IPTU.
 - (E) o valor total do imóvel, constante da declaração do ITR.
44. Uma das alternativas abaixo não consta como isenta da Taxa de Fiscalização de Anúncios, segundo a lei municipal n.º 11.105/01. Identifique-a
- (A) Anúncios de locação e venda de imóveis, colocados no imóvel pelo proprietário.
 - (B) Tabuleta, existente por ordem legal, na data da construção civil, após sua conclusão.
 - (C) Anúncios destinados à propaganda de candidatos a cargos políticos.
 - (D) Anúncios sobre cultos religiosos, quando colocados nas respectivas sedes.
 - (E) Anúncios, em placas, que contenham a denominação de prédio.
45. Nos termos da lei municipal 11.105/01, para efeito da incidência da Taxa de Fiscalização de Anúncios (TFA), quando anual sua periodicidade, considera-se ocorrido o fato imponible a:
- (A) 1º de julho do semestre seguinte do evento.
 - (B) 1º de novembro do bimestre seguinte ao evento.
 - (C) qualquer data do ano anterior ao evento.
 - (D) 1º de janeiro de cada ano civil.
 - (E) 1º de novembro do ano anterior ao evento.
46. Das alternativas abaixo, em uma, ocorre a cobrança do IPTU, quando o proprietário ou o promitente comprador de um único imóvel no Município, no qual resida, desde que:
- (A) o valor venal, no mês de janeiro de cada exercício financeiro não ultrapasse a 50.000 (cinquenta mil) Unidades Fiscais de Campinas - UFIC.
 - (B) a área total construída não seja superior a 80,00 m²(oitenta metros quadrados) se a construção for horizontal.
 - (C) o imóvel, de uso estritamente residencial, que seja proprietário o aposentado ou pensionista, onde resida.
 - (D) o ex-combatente da revolução de 1932, que tenha lutado por São Paulo, relativamente ao imóvel de uso estritamente residencial, do qual seja proprietário, e nele resida.
 - (E) os imóveis cedidos gratuitamente para uso da administração municipal direta, proporcionalmente ao tempo que perdurar a cessão.

47. A legislação municipal permite que a administração tributária conceda desconto especial para pagamento em cota única do IPTU, mediante atendimento das condições por ela estipuladas, ficando limitado a:
- (A) 10%.(dez por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (B) 12% (doze por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (C) 11%(onze por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (D) 15%(quinze por cento) do valor nominal do tributo lançado.
 - (E) 9% (nove por cento) do valor nominal do tributo lançado.
48. A lei municipal n.º 11.110/01 determina que, sobre o serviço de taxidermia, seja lançado o ISS. Desta forma, o lançamento será sobre:
- (A) o serviço de legalização de serviço de taxi.
 - (B) o serviço de análise de pele humana.
 - (C) o serviço para determinar o tipo de café.
 - (D) o serviço de empalhação de animais.
 - (E) o serviço para determinar a resistência de gelo.
49. Para determinar o valor unitário do metro quadrado de construção e de terreno, nos termos da lei municipal n.º 11.111/01, não entra como elemento:
- (A) os custos de reprodução.
 - (B) o valor da produção.
 - (C) as locações correntes.
 - (D) os preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário.
 - (E) as características da região onde se localize o imóvel.
50. Segundo a lei municipal n.º 11.111/01, o lançamento do IPTU é efetuado:
- (A) por homologação e anual.
 - (B) por declaração e anual.
 - (C) de ofício e anual.
 - (D) por amostragem e anual.
 - (E) por escalonamento e anual.